

A dinâmica da reeleição

Com tanto assunto para abordar no discurso das posses coletivas quarta-feira no Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso escolheu justamente o tema da sucessão presidencial como um dos pontos fortes, para dizer que a eleição presidencial não está nem deve estar na pauta da Nação.

Deu uma ordem unida a seus aliados que, ali mesmo, naquele ambiente, no momento em que falava, era ignorada. Entre os cerca de 800 convidados presentes era possível que apenas os familiares dos novos ministros não estivessem discutindo freneticamente a sucessão.

Se não fosse ele mesmo um interlocutor freqüente desse tipo de conversa, poder-se-ia suspeitar que a intenção do presidente da República era de tentar tirar a sucessão da ordem do dia para que não deixasse, ele mesmo, de ser o personagem político mais importante do cenário.

Portanto, deve ter sido outra a motivação. Sabido das coisas internacionais como é, FHC tem plena consciência de que em países onde há a reeleição, a segunda metade do segundo mandato é quase toda ela dedicada, no ambiente político, às articulações da sucessão. Os Estados Unidos são o exemplo mais evidente.

Lá, o segundo mandato do reeleito já começa mais ou menos com o quadro da sucessão montado, no que tange a candidaturas. Democratas e republicanos já têm seus planos traçados e uma surpresa ali, outra aqui ficam por conta dos independentes que aparecem e desaparecem ao sabor das circunstâncias das candidaturas que são para valer, orgânicas, digamos assim.

Apenas nós, por aqui – e isso é natural – que vivemos a primeira experiência da reeleição e não temos exatamente um sistema político-eleitoral dos mais organizados, é que nos assustamos com o que chamamos de antecipação do debate. Entre outros motivos porque a improvisação faz parte do DNA brasileiro.

A diferença entre os processos é que lá, como a surpresa é a exceção, os nomes pré-postos vão sendo trabalhados ao longo do último mandato. Aqui, como as coisas têm uma dinâmica de roleta russa, fica-se fazendo um jogo de adivinhações baseado em pesquisas cuja antecedência – considerando o nosso modo de processar essas informações – pode ter validade nula.

Junte-se a isso uma afoiteza típica do emocionalismo latino, e temos quase sempre um quadro de conclusões apressadas e equivocadas. Aí é que está o defeito e não naquilo que, sabe-se lá a razão, apontou o presidente da República em seu discurso: primeiro, porque ele só tem mais um ano e pouco de mandato e, segundo, deveria saber que, ao optar pela reeleição com o jogo em curso, estaria ao mesmo tempo elegendo o tema-mãe da política dali para a frente.

Ora, se não fosse importante discutir os aspectos do próximo governo agora, porque estaria há meses o ministro da Fazenda, Pedro Malan, cobrando ao PT uma definição de sua política econômica, sob o argumento de que para os investidores as “consequências vêm antes”?

Então é só a oposição que precisa se definir o quanto antes? Não, dentro do critério que Malan utiliza – que é o da visão externa que se tem e terá do País – todos os candidatos precisam fornecer dados para que se possam formar os possíveis cenários para 2002. Se o critério governista é fazer uma campanha eleitoral o mais curta possível para diminuir o impacto dos ataques, este não é um problema do eleitorado.

Fato é que, se o presidente sentiu necessidade de abordar o tema sucessão, ainda que pelo avesso, em público, é porque quis demonstrar que estava no comando do processo, ao contrário do que se possa supor ante as cenas de desacerto explícito entre os aliados. Mas se foi ele mesmo quem disse, no dia 12 de julho, em solenidade comemorativa dos sete anos do Plano Real, que iria tomar as rédeas do processo eleitoral e que já estava “cansado de ganhar” de primeiros colocados em pesquisas e ganharia de novo, qual a justificativa para dizer agora que não é hora de debater o tema?

Há uma incoerência aí um tanto inexplicável. Principalmente quando o presidente diz que “não seremos conduzidos pela pressa de ninguém. Nem de interessados, nem de candidatos, nem da imprensa”. Na parte que nos toca, Sua Excelência que nos desculpe, mas ninguém está apressando ninguém. No máximo, cumprimos o dever de transmitir ao público a quase neurótica aflição que toma conta da chamada base governista.

Afinal, de contas para o jornalista no exercício de sua profissão, tanto faz que Lula ganhe as eleições, Roseana Sarney ameace uma candidatura Tucana ou que Itamar Franco resolva pôr o PMDB a serviço do PT. O que já não é o caso do Planalto, cuja corrida a fim de evitar esses prejuízos cria, em relação ao referido discurso de quarta-feira, uma enorme distância entre intenção e gesto.

Suassuna a mil

Preocupado com as críticas que recebeu antes de assumir, o ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, fazia questão de dizer, na cerimônia de sua posse, que está consciente de que será fiscalizado. E, precavido, anunciava que trabalharia no feriado de ontem. Como prometeu surpresas fantásticas em sua gestão e o tempo é curto, Suassuna não quer perder um minuto.

A QUESTÃO
NÃO É O
DEBATE,
MAS AS
TENTATIVAS
AFOITAS DE
ADIVINHAÇÃO